



**Ministério
das Finanças**

SÍNTESE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL FEVEREIRO 2021

Fevereiro 2021

Conteúdo

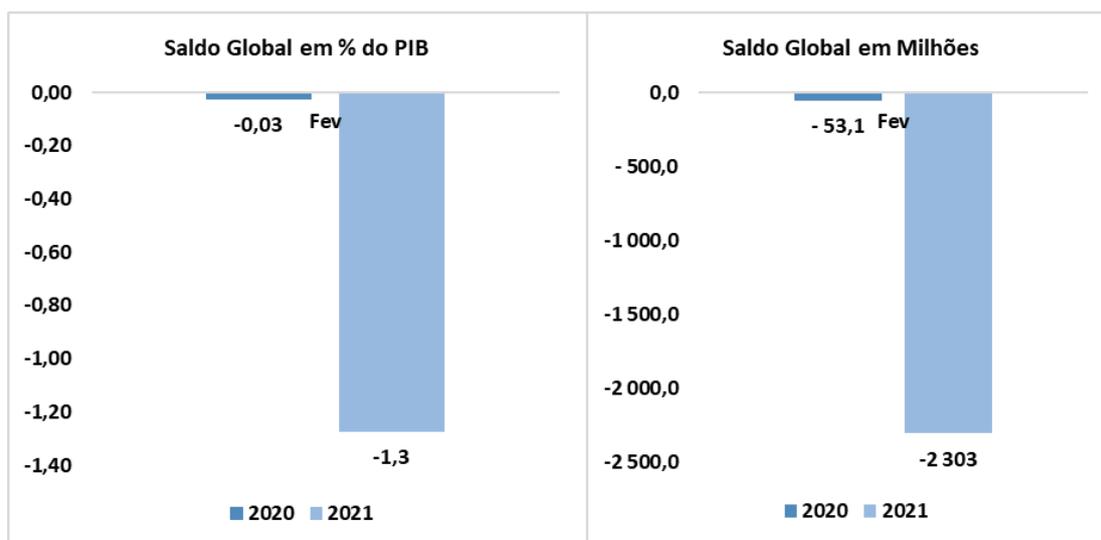
1. Síntese Geral de Execução Orçamental Mensal	2
2. Análise das Receitas	4
3. Análise das Despesas Totais e Ativos Não Financeiros	7
3.1. Por Classificação Económica	7
3.1.1. Despesas	7
3.1.2. Ativos Não Financeiros	9
3.2. Por Tipo de Financiamento	10
4. Projetos em Resposta à Covid-19	11
5. Dívida Pública	12

1. Síntese Geral de Execução Orçamental Mensal

A 28 de fevereiro de 2021, o valor provisório do saldo global foi negativo em 2.302,7 milhões de CVE, ou seja, um défice de 1,3% do PIB projetado pelo Ministério das Finanças (MF). Este resultado se traduziu num agravamento 1,3p.p., em face ao mesmo período de 2020.

Observa-se, ainda, que o saldo corrente primário/PIB foi negativo em 1,0%, agravando-se em 1,4 p.p., comparativamente ao período homólogo, continuando, assim, a refletir o impacto negativo da pandemia na económica cabo-verdiana e, conseqüentemente, nas receitas do Estado, afetando a capacidade de financiamento com recursos endógenos.

Gráfico 1 - Evolução do Saldo Global



Fonte: MF

Os resultados provisórios da execução orçamental registada em fevereiro 2021, comparativamente ao mesmo período de 2020, decorrem:

- da diminuição das receitas totais em 33,1% (-2.493,9 milhões de CVE);
- da redução das despesas totais em 2,2% (-160,8 milhões de CVE); e
- da diminuição de investimento em ativos não financeiros em 52,1% (-83,5 milhões de CVE).

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

	2020		2021			
	Orç. Ret.	Fev	Orç. Inicial	Fev	Grau Exec.	Tax. Hom
1. Total Receitas	53 869	7 540	58 038	5 046	8,7	-33,1
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	45 309	7 507	53 988	4 937	9,1	-34,2
Impostos	33 952	6 184	39 765	4 312	10,8	-30,3
Segurança Social	70	6	71	6	8,3	3,4
Transferências (donativos)	8 559	33	4 050	110	2,7	228,3
Outras Receitas	11 288	1 317	14 151	618	4,4	-53,1
2. Total Despesas	64 974	7 433	61 004	7 272	11,9	-2,2
Despesas com Pessoal	23 648	3 347	24 230	3 216	13,3	-3,9
Aquisição de Bens e Serviços	15 438	760	11 372	743	6,5	-2,2
Juros correntes	5 187	789	5 463	580	10,6	-26,5
Subsídios	891	70	629	69	11,0	-0,6
Transferências Correntes	8 072	933	7 389	935	12,7	0,2
Benefícios Sociais	8 046	1 196	8 071	1 358	16,8	13,6
Outras despesas correntes	3 692	158	3 851	107	2,8	-32,4
3. Resultado Operacional Bruto	-11 105	107	-2 966	-2 226	75,0	-2181,9
4. Ativos não Financeiros	9 851	160,1	15 059	77	0,5	-52,1
Compra ativos não financeiros	10 301	178,8	16 892	161	1,0	-9,7
Venda ativos não financeiros	451	18,7	1 833	85	4,6	353,1
5. Global Global (1-2-4)	-20 956	-53	-18 025	-2 303	-	-
Saldo global (em percentagem do PIB)	-11,4	-0,03	-9,8	-1,3	-	-
Saldo Corrente Primario (1.1-2.1+juros)	-14 574	861,5	-1 554	-1 756	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	-7,9	0,4	-0,8	-1,0	-	-
6. Financiamento	20 956	933	18 025	2 005	-	-
6.1 Ativos Financeiros	-4 569	-59	1 130	-257	-	-
Empréstimo Concedidos Mi - Amortizações	392	14	2 303	11	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-4 664	0	-579	-146	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-1 445	-73	-1 100	-122	-	-
Depositos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	1 148		506	0	-	-
6.2 Passivos Financeiros	25 525	992	16 895	2 263	-	-
Interno líquido	5 488	1 056	5 870	1 962	-	-
Sistema bancário		509		1 567	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Aquisições	12 552		13 639		-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações	-6 919		-7 584		-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-145	-22	-185	-25	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV		-176		-1 667	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em Transito		541		68	-	-
Outras operações de tesouraria				-137	-	-
Sistema não bancário		203		2 156	-	-
Externo líquido	20 037	-63	11 025	300	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições (Desembols)	22 677	580	17 440	729	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-2 640	-644	-6 415	-428	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	880	0	-297	-	-

Fonte: MF

2. Análise das Receitas

As receitas totais da Administração Central, arrecadadas até fevereiro de 2021, atingiram 5.046,3 milhões de CVE, registando uma diminuição de 33,1%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta da conjugação da (i) diminuição da arrecadação em sede dos impostos diretos (-35,5%), dos impostos indiretos (-30,3%), da segurança social (+3,4%) e das outras receitas (-53,1%) e (ii) do aumento dos donativos (+228,3%).

Em relação aos Impostos diretos, é de se destacar que o decréscimo de 35,5%, decorrente da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares – A arrecadação em sede do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares ascendeu no período a 812,1 milhões de CVE, registando uma evolução em termos homólogo de -247,9 milhões de CVE (-23,4%). A variação da arrecadação deste imposto face ao período homólogo advém do facto de, até ao mês de fevereiro de 2020, a pandemia da Covid-19 ainda não tinha chegado a Cabo Verde, pelo que as receitas ainda não registavam o impacto disruptivo da pandemia, contrariamente a fevereiro de 2021. Quanto ao desfasamento face às metas, ainda não se verifica a recuperação da economia esperada ao longo do ano, com impacto no emprego e nos rendimentos das pessoas singulares.
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas – A receita cobrada em sede do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas cifrou-se no período em 89,4 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de -120,4 milhões de CVE (-57,4%), consequência da comparação de dois meses com fortes impactos da crise pandémica com os do ano anterior em que tal ainda não se verificava. No caso das metas, do facto da arrecadação deste imposto não ser uniforme ao longo do ano, não sendo janeiro e fevereiro meses de pico de cobrança (apenas há cobrança de eventuais prestações negociadas). De resto, assiste-se a um grande volume de pedidos de pagamento em prestações deste e de outros impostos por

parte dos contribuintes, devido aos fortes impactos da crise na tesouraria das empresas.

- O Tributo Especial Unificado (TEU) registou no período em análise uma execução de 76,4 milhões de CVE, traduzindo assim uma evolução negativa de 52,1 milhões de CVE (-40,6%) em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo a variação homóloga explicada pelos fortes impactos da crise da covid-19 nos contribuintes do REMPE neste caso, e o desempenho face às metas em parte consequência da prorrogação do pagamento do imposto referente ao 4º trimestre de 2020 para abril de 2021.

Quanto aos impostos indiretos, o decréscimo de 30,3% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – O IVA registou no período em análise uma execução de 1.858,1 milhões de CVE, traduzindo uma evolução negativa de 956,3 milhões de CVE (-34,0%). Este decréscimo na cobrança deste imposto deriva dos fortes impactos da crise da Covid-19, principalmente a nível do Turismo, e das medidas excecionais decretadas pelo Governo, nomeadamente a possibilidade de pagamento em prestações, excecionalmente, que o OE 2021 veio prorrogar em relação ao ano de 2020. A nível das metas, o desfazamento traduz o facto da recuperação económica esperada, mesmo que ainda em níveis reduzidos, ainda não se ter verificado;
- Contribuição Turística – A receita da contribuição turística totalizou no período o montante de 6,0 milhões de CVE, registando uma evolução em termos homólogos de -173,4 milhões de CVE (-96,7%), traduzindo o facto das dormidas em estabelecimentos hoteleiros ainda estarem a sofrer um forte impacto da crise da Covid-19, com um nível baixíssimo de entradas de turistas do exterior devido ao encerramento de fronteiras para viagens de lazer da maior parte dos países no Mundo, sendo o turismo interno marginal;
- Impostos sobre Transações Internacionais - registou-se uma diminuição em 9,3% (-108,4 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior.

A performance destes impostos está intrinsecamente ligada à importação. Em termos desagregados, em face ao período homólogo de 2020, verificou-se uma variação negativa tanto no Direito de Importação em 9,3% (-103,8 milhões de CVE) como na Taxa Comunitária CEDEAO em 9,2 % (-4,6 milhões de CVE);

- Imposto de Selo – A cobrança em sede do imposto de selo teve uma evolução negativa em termos homólogos de 28,4% (-42,4 milhões de CVE), situando-se em 107,1 milhões de CVE justificado, essencialmente, pela atividade bancária relativamente robusta, apesar das moratórias bancárias decretadas;
- A cobrança em sede do imposto especial sobre jogos foi nula, diferentemente do mês homólogo e do expectável, uma vez que depende quase exclusivamente da atividade turística na Ilha do Sal, que está praticamente parada desde o início da crise pandémica.

Quadro 2 - Evolução das Receitas Públicas Orçamentais

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2020		2021			
	Orç. Ret.	Fev	Orç	Fev	Grau Exec.	Tax. hom
Impostos	33 952	6 184	39 765	4 312	10,8	-30,3
Imposto único sobre rendimentos	11 558	1 398	10 423	901	8,6	-35,5
IR-PS	6 249	1 060	5 991	812	13,6	-23,4
IR-PC	5 309	210	4 432	89	2,0	-57,4
Outros impostos directos		128	570	76	13,4	-40,6
Tributo Especial Unificado - TEU		128	570	76	13,4	-40,6
Imposto sobre bens e serviços	15 582	3 466	19 278	2 173	11,3	-37,3
Imposto sobre o valor acrescentado	12 895	2 814	16 028	1 858	11,6	-34,0
IVA DGA	6 424	1 183	7 518	1 074	14,3	-9,3
IVA DGCI	6 471	1 631	8 510	785	9,2	-51,9
Imposto consumo especial	1 617	363	1 955	222	11,4	-38,8
Contribuição turística	513	179	613	6	1,0	-96,7
Taxa ecológica	557	109	682	87	12,7	-20,5
Impostos sobre transações internacionais	6 240	1 163	8 853	1 055	11,9	-9,3
Direitos de importação	5 966	1 113	8 544	1 010	11,8	-9,3
Taxa comunitária CEDEAO	273	50	309	45	14,6	-9,2
Outros impostos	572	158	642	107	16,7	-32,0
Imposto de selo	534	150	603	107	17,8	-28,4
Imposto especial sobre jogos	38	8	39	0	0,0	-100,0
Segurança Social	70	6	71	6	8,3	3,4
Taxa social única	0	0	0	0	0,0	0,0
Contribuições para a segurança social	68	6	71	6	8,3	3,5
Outras Contribuições	1	0	0	0	11,3	-6,8
Transferências	8 559	33	4 050	110	2,7	228,3
De Governos Estrangeiros	7 492	32	3 504	47	1,3	45,9
Ajuda Orçamental	1 957	0	1 029	0	0,0	0,0
Ajuda Alimentar	304	28	307	26	8,5	-7,5
Donativos directos	5 230	4	2 168	21	1,0	403,8
De Organizações Internacionais	604	1	51	6	10,9	430,3
Das Administrações Públicas	464	0	495	57	11,5	0,0
Outras Receitas	11 288	1 317	14 151	618	4,4	-53,1
Rendimentos de propriedade	3 502	145	5 384	15	0,3	-89,9
Venda de bens e serviços	6 366	1 048	7 317	548	7,5	-47,7
Multas e outras penalidades	299	52	318	22	6,8	-58,3
Outras transferências	425	2	320	4	1,3	97,5
Outras receitas diversas e não especificadas	695	70	813	30	3,7	-57,3
TOTAL RECEITAS	53 869	7 540	58 038	5 046	8,7	-33,1

Fonte: MF

No que toca às transferências (donativos), houve um aumento de 228,3% (+76,3 milhões de CVE), em face a arrecadação no período homólogo do ano anterior, situando-se em 109,8 milhões de CVE.

As outras receitas verificaram um decréscimo de 53,1%, refletindo o impacto da pandemia da Covid-19, com destaque à diminuição na arrecadação de receitas decorrentes da taxa de segurança aeroportuária, da segurança marítima do serviço de passaportes, dos emolumentos de portos e capitánias e dos serviços policiais e fronteiras.

3. Análise das Despesas Totais e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em fevereiro de 2021, atingiram 7.433,9 milhões de CVE, registando um decréscimo de 2,3% em relação ao período homólogo de 2020.

3.1.1. Despesas

Em finais de fevereiro de 2021, as despesas executadas totalizaram o montante de 7.272,4 milhões de CVE, registando um decréscimo de 2,2% em relação ao período homólogo de 2020. Esta evolução resultou da diminuição nas rubricas despesas com o pessoal (-3,9%), aquisição de bens e serviços (-2,2%), juros da dívida (-26,5%), outras despesas correntes (-32,4%), conjugado com o agravamento na rubrica benefícios sociais (+13,6%) e das transferências correntes (+0,2%), conforme abaixo se apresenta:

- Outras Despesas Correntes evidenciaram uma diminuição de 32,4% (-51,3 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2020, decorrente do facto de que as bolsas de estudo referentes ao mês de fevereiro terem sido pagas somente no início de março;

- Aquisição de bens e serviços registaram uma diminuição de 2,2% (-16,8 milhões de CVE), em face ao período homólogo do ano anterior, derivado da diminuição nas rubricas das deslocação e estadas, energia elétrica, combustíveis e lubrificantes e comunicações, dado as medidas de contenção adotadas pelo Governo, bem como a priorização do teletrabalho, lá onde haja condições;
- A despesa com o pessoal evidenciou uma diminuição de 3,9% (-131,0 milhões de CVE) decorrente, em grande parte, da não regularização atempada das despesas dos Órgãos de Soberania, nomeadamente a Assembleia Nacional e Presidência da República e também das Embaixadas. Pelo que haverá uma reposição dessas despesas nos períodos subsequentes, aquando da consolidação do balancete dessas entidades;
- A despesa com os juros da dívida registou uma diminuição de 26,5% (-208,8 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2020, derivado da moratória concedida pelos credores bilaterais para mitigar os efeitos da Covid-19 nos países mais vulneráveis;
- As Transferências correntes tiveram um aumento de 0,2% (+2,1 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, justificado, essencialmente, pelo aumento (i) na rubrica outras transferências Administração Públicas correntes, tendo em conta as transferências no valor 139,5 milhões de CVE à CNE e às Embaixadas, no âmbito das eleições Legislativas de 2021; e as transferências aos municípios e famílias no âmbito de apoio ao combate à Covid-19; e (ii) outras transferências administração públicas de capital dado as transferências à FIDA Unidade técnica de Poser em algumas ilhas no âmbito da execução do projeto programa de promoção de oportunidades Socioeconómicas Rurais (Poser), cujo valor atingiu os 17,9 milhões de CVE;
- Os Benefícios Sociais aumentaram 13,6% (+162,1 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, originando um aumento nas rubricas de pensões de aposentação em 7,1% (+53,7 milhões de CVE); pensões de sobrevivência em 11,2% (+5,1 milhões de CVE); e outros benefícios sociais em numerários em 414,4% (+107,7

milhões de CVE). Este último no âmbito do pagamento de estágios profissionais, formação para empregabilidade, apoio á reinserção socioprofissional bem como o apoio social de emergência às famílias afetadas pela pandemia da Covid-19 (RSI).

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2020		2021			
	Orç. Ret.	Fev	Orç.	Fev	Grau Exec.	Var. Hom.
Despesas com Pessoal	23 648	3 347	24 230	3 216	13,3	-3,9
Remuneração Certas e Permanentes	21 705	3 122	22 193	3 124	14,1	0,0
Segurança Social	1 943	225	2 037	93	4,5	-58,9
Aquisição de Bens e Serviços	15 438	760	11 372	743	6,5	-2,2
Juros correntes	5 187	789	5 463	580	10,6	-26,5
Dívida interna	3 337	500	3 343	482	14,4	-3,5
Dívida externa	1 754	288	2 023	97	4,8	-66,2
Outros encargos	96	1	96	0	0,0	-100,0
Subsidios	891	70	629	69	11,0	-0,6
Transferências Correntes	8 072	933	7 389	935	12,7	0,2
Governos Estrangeiros	820	14	433	3	0,6	-81,3
Organismos Internacionais	475	34	473	52	10,9	52,0
Administração pública	6 778	886	6 482	881	13,6	-0,5
Benefícios Sociais	8 046	1 196	8 071	1 358	16,8	13,6
Outras despesas correntes	3 692	158	3 851	107	2,8	-32,4
Valor a regularizar		180		264	0,0	46,2
Despesas	64 974	7 433	61 004	7 272	11,9	-2,2
Ativos e Passivos	10 301	179	16 892	161	1,0	-9,7
Ativos não Financeiros	10 301	179	16 892	161,4	1,0	-9,7
TOTAL DESPESAS	75 275	7 612	77 896	7 434	9,5	-2,3

Fonte: MF

3.1.2. Ativos Não Financeiros

Em fevereiro de 2021, a execução ascendeu ao montante de 161,4 milhões de CVE, equivalente a 1,0% do total do orçamento, uma diminuição de 9,7%, representando, em termos absolutos, uma variação negativa de 17,4 milhões de CVE comparativamente à execução de 2020. O montante executado decorre, essencialmente, dos seguintes programas: “Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética” com uma execução de 46,0 milhões de CVE (projeto de eletrificação rural); “Educação de excelência” com uma execução de 37,2 milhões de CVE (projeto reforço ao sector da educação) e “Projeto Infraestruturas Modernas e

Seguras”, com uma execução de 34,3 milhões de CVE (atribuído ao projeto de reabilitação de estradas).

3.2. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento, nota-se que 94,6% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) são financiadas por recursos internos (recursos endógenos) e 5,4% em recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de ajuda a projetos diretos, totalizam o montante de 157,9 milhões de CVE, equivalente a 39,5% do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maiores execuções o Luxemburgo com 40,5 milhões de CVE e Banco Europeu de Investimento com 35,5 milhões de CVE;
- Os empréstimos externos, ascendeu a 237,6 milhões de CVE, equivalente a 59,5% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 10 programas, com destaque para garantia de acesso ao rendimento (88,3 milhões de CVE), á Educação de Excelência (41,7 milhões de CVE), ás Infraestruturas modernas e seguras (40,8 milhões de CVE) e á transformação da Agricultura (23,9 milhões de CVE).

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

Financiamento	2020	2021		Grau Exec.	Peso %
	Orç	Orç	Fev		
Interno	47 891	58 245	7 034	12,1	94,6
Tesouro (Rec. Int.)	47 108	57 406	6 729	11,7	95,7
OFN	783	839	41	4,9	0,6
Externo	27 384	19 651	400	2,0	5,4
Donativo	7 791	3 248	157,9	4,9	39,5
Empréstimo	19 299	16 106	237,6	1,5	59,5
Ajuda Alimentar	294	297	4,2	1,4	1,0
Total da Despesa	75 275	77 896	7 434	9,5	100,0

Fonte: MF

4. Projetos em Resposta à Covid-19

A execução orçamental dos projetos inscritos em resposta à Covid-19, até fevereiro de 2021, totalizaram 145 milhões de CVE, representando uma taxa de execução de 14,1%. Ao nível de execução dos projetos, por modalidade de financiamento, no período em análise, foi financiado pelo tesouro em 40,2%, por empréstimo em 32,1% e por donativos em 27,7%.

MODALIDADE FINANCIAMENTO	VALOR_ACTUAL	VALOR_PAGO	PESO %
Donativo	207	40	27,7%
Empréstimo	352	46	32,1%
Tesouro	470	58	40,2%
Total Geral	1 030	145	100

Dos projetos executados no período em valores absolutos destacam-se:

- “Preparação e Resposta a Covid-19” (17 milhões de CVE);
- “Prevenção e Combate a Coronavírus” (52 milhões de CVE);
- “Reforço ao Setor da Educação” (52 milhões de CVE);
- “COVID-19 RSI Emergencial” (8 milhões de CVE); e
- “Apoio aos Municípios – Combate a Covid-19” (5 milhões de CVE).

Quadro 5 – Execução dos projetos no âmbito da Covid-19

FUNÇÕES	PROJETOS	VALOR_ACTUAL	VALOR_PAGO	GRAU EXEC.
07.00.01 - Serviços Públicos Gerais	Apoio Aos Municípios - Combate A Covid 19	16	5	32,0
07.00.01 - Serviços Públicos Gerais Total		16	5	32,0
07.00.04 - Assuntos económicos	Cabo Verde Digital	18	0	2,3
	Preparação Projeto Cabo Verde Digital	6	4	63,0
	Transição Da Economia Informal A Formal	20	0	0,0
07.00.04 - Assuntos económicos Total		44	4	9,5
07.00.07 - Saúde	Aquisição De Vacina Covid19	20	0	0,0
	Preparação E Resposta A Covid-19	19	17	89,1
	Prevenção E Combate A Coronavírus	394	52	13,3
	Prevenção E Combate A Coronavírus	29	5	18,5
	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	1	0	0,0
	Reforço De Capacidade Laboratório Virologia	30	0	0,0
07.00.07 - Saúde Total		493	75	15,2
07.00.09 - Educação	Bolsa Cabo Verde Digital	20	0	0,0
	Reforço Ao Sector Da Educação	448	52	11,7
07.00.09 - Educação Total		468	52	11,2
07.00.10 - Protecção social	COVID-19 RSI Emergencial - Redes de Segurança e Recuperação de Rendimentos para as famílias mais pobres e mulheres trabalhadoras informais em Cabo Verde	8	8	98,3
07.00.10 - Protecção social Total		8	8	98,3
Total Geral		1 030	145	14,1

Fonte: MF

5. Dívida Pública

O stock da dívida pública, excluindo os TCMF, atingiu 260.343,4 milhões de CVE, em 28 de fevereiro de 2021, cabendo à dívida interna 76.337,6 milhões de CVE (42,2% do PIB) e à dívida externa 184.005,8 milhões de CVE (101,8% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB atingiu os 144,1%, cerca de 28,5 p.p. acima do valor registado em Fevereiro de 2020¹.

Quadro 7 – Evolução da Dívida Pública

	Fev. 2020	Fev. 2021	Var. Hom	% PIB/20	% PIB/21
Estoque Global	243 997,5	260 343,4	6,7	115,6	144,1
Dívida Interna	66 333,3	76 337,6	15,1	31,4	42,2
Dívida Externa	177 664,2	184 005,8	3,6	84,2	101,8

Fonte: MF

¹ O PIB utilizado para o cálculo do rácio em 2020 é o PIB ajustado a reprogramação para o referido ano, nos termos apresentado pela DNP, ou seja, 169.117 milhões de CVE (o PIB inicialmente utilizado aquando da apresentação da conta mensal de 2020 foi o projetado para o Orçamento inicial de 2020, cerca de 211.095 milhões de CVE, em que foi apresentado um stock da dívida em percentagem do PIB de 115,6%).